

**O ENSINO DE
SOCIOLOGIA NO
BRASIL: UM BALANÇO
DOS AVANÇOS
GALGADOS ENTRE 2008
E 2017**

Amurabi Oliveira[*]

Marcelo Pinheiro Cigales[**]

[*] Doutor em Sociologia (UFPE) Professor da
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Pesquisador do CNPq.

E-mail: amurabi_cs@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-7856-1196>

[**] Doutor em Sociologia Política pela
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Professor do Centro de Ciências da Educação (CED)
da Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: marcelo.cigales@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-4320-5941>

Resumo

A sociologia é marcada por uma trajetória de presenças e ausências no currículo escolar no Brasil, o que se relaciona diretamente com os projetos educacionais implementadas. Em 2008 a sociologia tornou-se disciplina obrigatória em todas as séries do ensino médio, o que perdurou até 2017, quando houve uma perda desta obrigatoriedade pela Reforma do ensino médio. Por meio de uma análise bibliográfica descrevemos os avanços ocorridos no âmbito do ensino de sociologia entre 2008 e 2017, período de sua obrigatoriedade, a partir de três aspectos: a) o debate intelectual; b) a formação de professores; c) a produção de livros didáticos. Os resultados apontam para o fortalecimento da sociologia nesse nível de ensino, ainda que a Reforma do ensino médio seja um empecilho para sua efetiva consolidação.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Formação de professores; Livro didático; Política educacional.

Introdução

A questão do ensino de sociologia na educação básica, ou de forma mais específica no ensino médio, tem chamado a atenção de pesquisadores, associações científicas e acadêmicas, profissionais da educação e demais agentes que reunidos angariaram a discussão no interior dos programas de pós-graduação (BODART, CIGALES, 2017), e na divulgação dessas pesquisa nos eventos e na organização de dossiês temáticos, publicados em revistas de Ciências Sociais e Educação (BODART, SOUZA, 2017). E, ainda que a sociologia na escola possa contar com uma história que remete ao final do século XXI e, sobretudo, às primeiras décadas do século XX, é a partir dos anos de 1980 e 1990 que ela passa a ganhar mais espaço nos sistemas escolares (SILVA, 2010; MORAES, 2011; OLIVEIRA, 2013; MEUCCI, 2015; OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2017).

Os avanços no âmbito legal possuem como marco a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (lei nº 9.394/96), que em seu artigo nº 36 estabelecia que o aluno egresso do ensino médio deveria ter conhecimentos de sociologia e de filosofia para o exercício da cidadania, o que se desdobra no parecer do CNE/CEB nº 38/06, que se posicionou de forma favorável à inclusão da sociologia e da filosofia no ensino médio. Este percurso não se deu sem entraves, uma vez que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) de 1998 propunham o ensino de sociologia de forma interdisciplinar. O parecer de 2006, portanto, foi na contramão desse movimento¹. E como bem indaga Moraes (2007, p. 247):

[...] caberia perguntar como garantir que os “conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” sejam tratados efetivamente pelas demais disciplinas escolares, ou seja, como dizem as DCNEM, com “tratamento interdisciplinar e contextualizado”? Aqui valeria a pena discutir alguns aspectos da “realidade” das escolas a fim de demonstrar que essa interpretação da lei acaba por levar ao descumprimento efetivo da lei, ou seja, que não fica assegurado que “ao fim do ensino médio o educando demonstre domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao

¹ É importante demarcar também que neste mesmo ano são publicadas as Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio voltadas exclusivamente para a área de sociologia, que foram elaboradas pelos professores Amaury Cesar de Moraes, Nelson Dacio Tomazi e Elizabeth da Fonseca Guimarães (BRASIL, 2006b)

exercício da cidadania” (LDB 9394/96, art. 36, § 1º, III). Primeiramente, quais disciplinas incorporariam aos seus conteúdos os “conhecimentos” de Filosofia e Sociologia? Segundo, que domínio dos conteúdos de Filosofia e Sociologia têm os professores de outras disciplinas - sabendo das deficiências de formação específica que a maioria dos professores têm... - e em que medida isso é suficiente para que eles transmitam os “necessários” conforme determina a lei? Que domínio de “metodologias de ensino interdisciplinares” têm os professores para que possam dar o “tratamento interdisciplinar” que a lei derivada determina para que se contemple o estabelecido na lei original? Assim como as demais disciplinas, cada vez menos se entende que esses “conhecimentos” sejam apenas informações, valorizando-se em especial as metodologias de pesquisa e, na linguagem das próprias DCNEM, as “tecnologias” da Sociologia, então, que domínio têm os professores de outras disciplinas dessas metodologias e tecnologias para garantir que elas recebam tratamento interdisciplinar e contextualizado e contribuam para a formação plena do educando?

É com a lei nº 11.684/08 que temos a consolidação da presença da sociologia no currículo escolar, tendo esta disciplina, em conjunto com a filosofia, se tornado obrigatória em todas as séries do ensino médio brasileiro. É a partir do marco desta lei que realizamos nossa análise neste trabalho, almejando produzir um balanço dos avanços galgados pela sociologia em seu processo de consolidação no currículo escolar, considerando-se especialmente o período que vai de 2008 a 2017, uma vez que a Reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415/2017) retirou a partir de 2017 a obrigatoriedade da sociologia do currículo escolar, apesar de indicar que esta disciplina deve compor a Base Nacional Curricular Comum.

Somam-se a estas questões os recentes ataques que a sociologia tem sofrido na esfera pública no Brasil, o que parece ser um cenário mais geral que se replica também em outros países, como demonstra o caso francês (LAHIRE, 2016). Sem embargo, a sociologia segue até o momento sendo lecionada nas redes de ensino das diferentes unidades federativas do país, além de manter um pulsante debate acadêmico.

Partindo de uma literatura especializada² sobre o ensino de sociologia encontrada por meio da análise dos trabalhos de pós-graduação, artigos em periódicos e anais de

2 Destaca-se o surgimento nos últimos anos, de trabalhos destinados a discutir o Estado da Arte do Ensino de Sociologia, a partir de diversos recortes: a) trabalhos de pós-graduação (HANDFAS, 2017; BODART, CIGALES, 2017); b) Dossiês em periódicos acadêmicos (BODART, SOUZA,

eventos, buscamos abordar três eixos sobre os avanços e desafios do ensino de sociologia na última década, tendo como base três eixos: a) a forma como o debate acadêmico vai se desdobrando, especialmente a partir dos fóruns especializados; b) o campo da formação docente e como que ele é impactado pelo que ocorre com a sociologia na educação básica; c) a produção de livros didáticos de sociologia e sua inserção no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O debate acadêmico na área

Em que pese a discussão seminal levantada por Florestan Fernandes em “O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira”, conferência proferida durante o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia em 1954³ (FERNANDES, 1980), é no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a partir dos anos de 1980⁴, que se observa um movimento de construção de um debate em torno da questão do ensino de sociologia na escola (Santos, 2004), o que fora capitaneado principalmente a partir das associações profissionais, tais como a Federação Nacional dos Sociólogos (FNS), que conseqüentemente, impulsionou a tramitação do projeto de lei que possibilitou o retorno da sociologia aos currículos escolares, como bem analisa o trabalho de Azevedo (2015).

Este debate acirra-se ainda mais a partir dos anos 2000, quando em alguns estados da federação a sociologia já figurava nos currículos escolares. Neste sentido, compreendemos que é a partir deste período que passamos a ter um debate acadêmico mais organizado em torno desta questão. Considerando a fragmentação institucional dos

2017; BRUNETTA, CIGALES 2018); c) Anais de Eventos (ROWER, 2016; OLIVEIRA, 2016) e, d) Autores de livros/coletâneas (ERAS, 2016).

3 Neste mesmo ano foi publicado o livro “Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo” de autoria de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), que como se sabe, possuía posições sensivelmente distintas daquelas defendidas por Florestan Fernandes em relação à concepção de ciência sociológica. No referido trabalho Ramos traz uma visão mais crítica sobre a presença da sociologia no currículo escolar no período anterior, problematizando questões como o autodidatismo dos docentes que assumiram as cátedras que surgiram entre as décadas de 1920 e 1940.

4 Este debate se relaciona em todo o caso com a próprio lugar que a questão educacional passou a ocupar no contexto pós ditadura militar no Brasil, no qual a educação passa a ser compreendida como um elemento relevante na construção de um projeto democrático de sociedade (WEBER, 1996).

agentes envolvidos nesse processo, ligados tanto às Faculdades de Educação quanto aos Departamentos de Sociologia/Ciências Sociais, compreendo que são nos fóruns promovidos pelas associações científicas que esta discussão vai amadurecer de forma mais significativa.

É na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) que este debate será mais amplamente acolhido num primeiro momento, em que pese a marginalidade que esta temática sempre teve no seio das ciências sociais brasileiras, o que reflete a própria dicotomia entre bacharelado e licenciatura (MORAES, 2003).

L. Moraes (2015) destaca a atuação de determinados intelectuais ligados à SBS no processo de abertura de um espaço institucional nesta sociedade científica para a discussão sobre o tema. Como a aurora bem indica:

Ainda em 2005 foram criados, no 12º Congresso Brasileiro de Sociologia, o Grupo de Trabalho “Experiências de Ensino de Sociologia; Metodologias e Materiais Didáticos”, cuja coordenação ficou sob responsabilidade de Amaury Moraes, e a “Comissão de Ensino” da Sociedade Brasileira de Sociologia, coordenada por Heloísa Martins. (Ibidem, p. 33)

Ainda que tenham funções distintas, tanto a comissão de ensino, como o Grupo de Trabalho (GT), que posteriormente passa a se denominar GT de Ensino de Sociologia, possuem uma relevância fundamental na consolidação deste campo, ou melhor, neste subcampo de pesquisa (FERREIRA, OLIVEIRA, 2015), pois é a partir dele que se possibilita uma construção identitária dessa área de pesquisa junto ao campo acadêmico, fazendo com que outras formas de divulgação e circulação dessas produções fossem possíveis, inclusive a organização de dossiês que se inaugura em 2007 e deste então ganha significativo crescimento (BODART, SOUZA, 2017).

A comissão de ensino da SBS passa a congrega pesquisadores que se relacionam de forma direta e indireta com a questão do ensino de sociologia, tanto através da pesquisa e da produção bibliográfica na área, quanto no âmbito da formação de professores, amiúde trata-se de docentes responsáveis por disciplinas relacionadas às práticas de ensino e aos estágios supervisionados. A partir deste espaço passou a se constituir uma espécie de fórum de discussões, a partir do qual se pautava a posição da SBS com relação às temáticas relacionadas ao ensino.

Por outro lado, o GT de ensino de sociologia passa a se constituir como um importante espaço de divulgação de resultados de pesquisa, desenvolvidas tanto na graduação quanto na pós-graduação. Como indica Oliveira (2016, p 66.):

[...] os relatos de experiência ainda predominam no GT, porém é importante ressaltar que há uma clara tendência para a expansão da presença de trabalhos oriundos de resultados de pesquisas desenvolvidas, especialmente na pós-graduação. Isto pode se relacionar com o fato de que as questões relativas ao Ensino de Sociologia surgem a partir da própria trajetória profissional dos autores, imbricadas com suas questões práticas, e o GT além de cumprir sua função de espaço de divulgação de resultados de pesquisas também propicia a circulação de dilemas que se apresentam na prática do Ensino da Sociologia e os caminhos encontrados, o que se mostra como algo de profunda relevância para os professores.

Considerando tanto as características singulares do objeto investigado, quanto o momento histórico em que essa produção acadêmica surge, penso que os relatos de experiência ocupam um lugar importante para que comecemos a tentar responder às indagações levantadas por Florestan Fernandes no I Congresso Brasileiro de Sociologia.

As duas principais temáticas exploradas, a formação de professores e as metodologias de ensino, convergem com a tônica geral do GT, pois, em grande medida esses trabalhos (especialmente os de metodologia) emergem a partir da prática. Tais trabalhos acabam assumindo, por vezes, um tom propositivo ou mesmo prescritivo, que se relaciona com as demandas dos professores da Educação Básica, envoltos em uma realidade na qual não há uma vasta e consolidada discussão sobre a metodologia de ensino da Sociologia na Educação Básica.

Tais questões são relevantes na medida em que nos possibilitam perceber o processo de consolidação deste debate na SBS, como atesta a permanência do GT ao longo das últimas edições do evento. Também na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e na Associação Brasileira de Antropologia (ABA)⁵, existem grupos voltados para a discussão do ensino, todavia, o que diferencia o perfil deste GT na SBS é sua ênfase no ensino na educação básica.

Desdobra-se destas atividades a organização do Encontro Nacional do Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), que passa a ocorrer nos mesmos anos que o

5 No caso da ABA já em sua segunda reunião, realizada em Salvador em 1955, havia uma discussão sobre o ensino da antropologia, entretanto, ela se voltava exclusivamente para o contexto do ensino de antropologia no ensino superior. Em 2006 foi criada uma comissão de ensino de antropologia nesta associação, mas que fora transformada posteriormente numa comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

congresso da SBS a partir de 2009, tendencialmente sendo organizado na mesma cidade deste outro evento e em período próximo, o que tem viabilizado a participação de pesquisadores, professores e outros agentes em ambos os eventos.

A fundação em 2012 da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e de sua revista (CABECS)⁶ também foi um ganho significativo para esta seara, uma vez que se trata de uma associação voltada exclusivamente para a discussão sobre o ensino das ciências sociais (antropologia, ciência política e sociologia), congregando também participantes que continuam a atuar junto à SBS, ou mesmo a outras sociedades científicas como a ABA e a ABCP.

A obrigatoriedade da sociologia no currículo escolar tem fomentado, indubitavelmente, a produção acadêmica nesta área, como demonstram os balanços bibliográficos referentes aos trabalhos de pós-graduação (BODART, CIGALES, 2017; HANDFAS, 2017). Esta questão tem implicações diretas sobre estas atividades acadêmicas, uma vez que os eventos especializados, bem como os GTs, são espaços preferenciais para a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas. Não se deve deixar de se considerar aqui também o processo de expansão quantitativa da pós-graduação no começo do século XXI no Brasil, que implicou também no incremento da pesquisa em ciências sociais e em educação como um todo.

Com relação a este ponto, deve-se ainda dar espaço a relevância da organização de coletâneas sobre o tema do ensino de sociologia (ERAS, OLIVEIRA, 2015), que têm sintetizado discussões, debates, além da possibilidade de divulgação de pesquisas originais. Em muitos casos tais obras são resultados de trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, tanto locais e regionais, quanto nacionais, com destaque para os livros que vêm sendo produzidos como resultado dos últimos ENESEB, ao menos desde a edição de 2013 quando o evento passa a contar em sua estrutura com a organização de GT.

A formação de professores de ciências sociais

6 A Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, criada em 2017 já possui três números publicados. Maiores informações disponível no site da revista <<https://abecs.com.br/revista/index.php/cabecs>>. Acesso em jul de 2018.

Outro aspecto que é relevante apontar neste processo é o impacto da reintrodução da sociologia sobre os cursos de formação de professores. Um efeito mais imediato refere-se à expansão quantitativa do número de licenciaturas em ciências sociais, que como bem observa Oliveira (2015), implicou numa “expansão tardia” dos cursos de ciências sociais, que se deu de forma bastante heterogênea nas distintas regiões do país, com diferentes graus de participação do setor privado e da Educação à Distância (EAD). Segundo esse estudo havia 117 licenciaturas em ciências sociais/sociologia no país em 2015 (apenas entre os cursos presenciais), destas, 43% teriam sido criadas após a reintrodução da disciplina no currículo escolar em 2008. Ressalta-se ainda a importância da sensível expansão do ensino público neste período, especialmente junto às universidades federais no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Também é a partir desta expansão que passam a emergir novos modelos formativos, vinculados tanto a uma perspectiva mais interdisciplinar, como no caso da licenciatura em ciências humanas com habilitação em sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), quanto através da formação em ciclos, como no caso da Universidade Federal da Integração Luso-Afro Brasileira (UNILAB).

Mesmo os cursos que já existiam anteriormente a 2008 são também foram impactados pelas mudanças ocorridas no currículo escolar, pois, passou-se a demandar uma revisão dos modelos formativos em curso, o que se torna ainda mais urgente ante a resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015, que modificou a carga horária mínima das licenciaturas de 2.800 horas para 3.200 horas.

Em que pese a continuidade da clivagem existente entre as Faculdades de Educação e os Departamentos de Ciências Sociais/Sociologia é importante dar relevo ao papel central que o diálogo entre estes dois espaços possui neste processo. Isso se refere tanto à realização de pesquisas, dada a presença significativa de dissertações e teses sobre ensino de sociologia em programa de educação (BODART, CIGALES, 2017; HANDFAS, 2017), quanto à atuação mais direta junto às licenciaturas em ciências sociais.

Por último, mas não menos importante, vale a pena destacar o papel significativo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), programa

financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Apesar dele ser um programa que se estende também às demais licenciaturas, creio que ele possui um significado especial para as ciências sociais, na medida em que constrói uma aproximação entre universidade e escola, que se desdobra tanto num acúmulo de experiências sobre práticas e didáticas próprias das ciências sociais, como num impacto no processo de construção da identidade docente dos futuros professores de sociologia.

Com isso quero dizer que, historicamente as licenciaturas em ciências sociais foram pensadas como cursos de formação de professores de sociologia apenas secundariamente, pois, por um longo período, especialmente entre os anos de 1970 e 1980, o principal campo de atuação dos egressos deste curso esteve vinculado ao ensino de Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Isso significa que as políticas de fomento às atividades docentes nos cursos de ciências sociais após a obrigatoriedade em 2008 produzem uma aproximação dos cursos de ciências com os dilemas próprios da sociologia na educação básica que inexistia em período anterior, ou apenas de modo muito residual, através de programas de menor abrangência, como no caso do PROLICEN – Programa das Licenciaturas. As pesquisas que vêm sendo produzidas confirmam o impacto desse programa nos cursos de ciências sociais (SANTOS, 2017), isso deve ser analisado com especial atenção por parte dos pesquisadores e demais agentes do campo, principalmente no atual cenário de cortes no financiamento deste tipo de programa, e de retrocessos nas políticas públicas.

Ainda que seja uma experiência recente, o que nos demanda, portanto, mais tempo para termos elementos que nos possibilitem uma melhor análise, é significativo o advento do mestrado profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, junto à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), bem como a criação da linha de pesquisa em Ensino de Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi também aprovada a criação do ProfSocio, que funcionará em rede através de cursos semipresenciais, mas que ainda não iniciou suas atividades⁷. Por

7 Dentro da proposta aprovada pela CAPES integram atualmente o ProfSocio além da FUNDAJ a Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Sumé e Campina Grande, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Vale

mais que sejam experiências recentes, é interessante observar que há uma ampliação do debate sobre a formação de professores de sociologia, situando-se não apenas no âmbito da formação inicial, passando a englobar também a formação continuada.

A produção de livros didáticos de sociologia

A produção de manuais de sociologia no Brasil antecede mesmo a presença da sociologia no então curso secundário, porém intensifica-se com este fenômeno, havendo uma proliferação de manuais entre as décadas de 1920 e 1940 (MEUCCI, 2011). Nas décadas seguintes, dada a própria ausência da sociologia no currículo escolar, salvo à exceção das Escolas Normais, continua havendo uma produção de manuais desta ciência, entretanto, voltados mais para os cursos superiores, contexto no qual a sociologia passava a se consolidar, com um gradativo crescimento nas décadas de 1960 e 1970, e diversificação e especialização nas décadas seguintes (LIEDKE FILHO, 2005).

Devesse fazer a ressalva que apesar da ausência da sociologia como disciplina escolar neste mesmo período, especialmente entre as décadas de 1940 e 1980, isso não significou a ausência da circulação de teorias, autores e categorias sociológicas, ainda que presentes de forma residual em outras disciplinas escolares, tal como a de estudos sociais (SILVA, 2007; OLIVEIRA, OLIVEIRA 2017). A produção de livros didáticos neste período apontava para a presença de conteúdos sociológicos, e mesmo antropológicos, nos materiais voltados para os estudos sociais (OLIVEIRA, CIGALES, 2015). Também é possível indicar a presença de conhecimentos sociológicos em livros de OSPB e, em menor grau, de educação moral e cívica, em que pese a questão ideológica presente na delimitação destas disciplinas no contexto da ditadura militar.

Também é importante indicar que mesmo antes do retorno da sociologia no currículo escolar de forma obrigatória esta produção perdurava no mercado editorial, como demonstram as análises de Sarandy (2004) e Takagi (2007), estabelecendo-se certo

do São Francisco (UNIVASF), Universidade Estadual do Vale do Aracajú (UVA), Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Marília.

nicho no qual se consolidavam nomes como os de Nelson Tomazi e de Pêrsio de Oliveira, como autores que eram conhecidos por professores que atuavam no ensino de sociologia.

O retorno da sociologia também ocorreu num contexto de ampliação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que apesar de ser uma política de Estado que vinha se desenvolvendo desde a década de 1980, apenas nos anos 2000 passou a abarcar também o ensino médio.

A inserção da sociologia no PNLD ocorreu pela primeira vez no edital para o ano de 2012, no qual foram selecionados dois livros, sendo uma das áreas com o menor número de livros aprovados. No edital seguinte, referente ao ano de 2015, foram aprovados seis livros. Essa ampliação significativa no número de livros aprovados pode demonstrar um processo de melhoria na qualidade da produção de livros didáticos nesta área, além do crescente interesse por parte dos autores e editoras em investir neste tipo de produção (OLIVEIRA, ENGERROFF, 2016). Deve-se frisar, em todo o caso, que como se trata de um edital, o maior número de livros aprovados pode indicar também apenas uma maior afinidade com os critérios avaliativos estabelecidos pelo programa, o que não necessariamente implica automaticamente na melhoria da qualidade destes materiais.

No terceiro edital no qual a sociologia foi inserida, houve um leve decréscimo no número de livros aprovados, caindo para cinco. É significativo que o livro que fora excluído de um edital para outro seja o único escrito apenas por um autor, de modo que aparentemente as obras coletivas parecem ganhar mais espaço neste contexto, talvez por conseguirem a partir de uma divisão de trabalho abarcarem de uma melhor forma a amplitude dos conteúdos que se espera de um livro de sociologia produzido em volume único para as três séries do ensino médio, e que, como estabelece a própria avaliação dos livros nesta área, devem abarcar não apenas os conhecimentos de sociologia, como também de antropologia e ciência política.

O que se pode apreender desta breve contextualização é que há o indicativo de um crescente ganho de qualidade na produção destes livros, o que tem sido acompanhado de uma avaliação positiva por parte dos professores que atuam na educação básica, ao menos em termos comparativos com o contexto no qual a sociologia estava presente no currículo

escolar, porém não havia livro didático disponível para os alunos (2008-2012)⁸, como podemos observar a partir dos resultados de pesquisas divulgados no GT de ensino de sociologia da SBS (OLIVEIRA, 2016).

Considerações finais

Buscou-se dar relevo aos avanços galgados pelo ensino de sociologia num curto intervalo de tempo, cuja temporalidade coincide com outros fenômenos, tais como a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação, a ampliação do PNLD para o ensino médio, o fomento de políticas educacionais para a formação de professores, com destaque para o PIBID, bem como a inserção da sociologia na BNCC, ainda que não se tenha uma definição sobre o lugar da disciplina junto a essa reforma educacional.

Observa-se ainda a consolidação de espaços institucionais de pesquisadores seja através de GTs em eventos acadêmicos mais amplos, tais como os eventos promovidos pela ABA, ABCP e especialmente a SBS, seja por meio de eventos e associações que tratam exclusivamente desta temática, tal como o ENESEB e a ABECS.

Com isso busca-se demonstrar que apesar dos retrocessos que a reforma do ensino médio representa para a educação nacional como um todo (CUNHA, 2017; FERREIRA, SILVA, 2017), e para o ensino de sociologia em particular, não é possível secundarizar este processo de consolidação desta disciplina no currículo escolar. E para além de questões estritamente ideológicas, considerando a própria pluralidade de orientações teóricas existentes na sociologia como ciência, é inegável que ações que vêm sendo realizadas por grupos “conservadores” representam também um retrocesso a esta disciplina, ao combater e proibir da cenário institucional público, temáticas como: gênero e sexualidade, desigualdades sociais, diversidade cultural, étnica e religiosa etc; considerados centrais para o desenvolvimento desta disciplina.

Ainda que breve, este balanço buscou produzir uma análise que nos possibilite perceber qual o atual cenário do ensino de sociologia, e qual o espaço que ele vem

8 Uma exceção relevante é o Estado do Paraná, no qual já havia a distribuição de um livro didático de sociologia que fora elaborado coletivamente por professores da própria rede estadual de ensino.

ocupando no contexto escolar. Reafirma-se, assim, sua relevância como objeto analítico das ciências sociais e da educação, dada a expressividade que tem alcançando, além do caráter de sociologia pública que ele representa através de sua presença no currículo escolar. Mesmo o contexto de retrocessos nas políticas educacionais deve ser compreendido como um dado importante para os pesquisadores nesta área, analisando-se a conjuntura na qual a sociologia ganha ou perde espaço no ensino médio.

Referências

AZEVEDO, G. C. A trajetória do PL 3.178/1997 no Congresso Nacional: o discurso dos parlamentares, dos não especialistas, na defesa da presença da sociologia no ensino médio. In: OLIVEIRA, E, OLIVEIRA, A. (Eds.). **Ciências sociais e educação: um reencontro marcado**. Maceió, AL: EDUFAL, 2015, p. 61-79.

BODART, C., CIGALES, M. Ensino de sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. **Revista de Ciências Sociais**, 48 (2), p. 256-281, 2017.

BODART, C, SOUZA, E. Configurações do ensino de sociologia como um subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, p. 453-557, 2017.

BRASIL. **Orientações curriculares nacionais: ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2006a.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1996.

_____. (2008). Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008.

_____. Lei nº 11.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2017.

_____. Parecer CNE/CBE nº 38/2006. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2006b.

_____. Resolução CNE/CP nº 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2015.

BRUNETTA, A. A; CIGALES, M. P. Dossiês sobre o ensino de Sociologia no Brasil (2007-2015): Temáticas e autores. **Revista Latitude**, Maceió, v. 12, n. 1. 148-171, 2018.

CUNHA, L. A. Ensino médio: atalho para o passado. **Educ. Soc.**, 38 (139), p. 373-384, 2017.

ERAS, L. **A produção do conhecimento recente sobre o ensino de sociologia/ciências sociais na educação básica no formato de livros coletâneas (2008-2013)**: sociologias e trajetórias, 331 f. Tese (doutorado em sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ERAS, L., OLIVEIRA, R. C. Uma sociologia dos livros coletâneas sobre o ensino de sociologia na educação básica (2008-2013). In: E. Oliveira, & A. Oliveira (Eds.), **Ciências sociais e educação: um reencontro marcado**. Maceió, AL: EDUFAL, 2015, p. 81-101.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

FERREIRA, E. B., SILVA, M. R. Centralidade do ensino médio no contexto da nova "ordem e progresso". **Educ. Soc.**, 38 (139), 287-292, 2017.

FERREIRA, V. R., OLIVEIRA, A. O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, 37 (1), 31-39, 2015.

HANDEAS, A. (2017). As pesquisas sobre o ensino de sociologia na educação básica. In: SILVA, I. F. GONÇALVES, D. N. (Eds.), **Sociologia na educação básica**. São Paulo, SP: Annablume, 2017. p. 367-385.

LAHIRE, Bernard. **En Defensa de la Sociología**: contra el mito de que los sociólogos son unos charlatanes, justifican a los delincuentes y distorsin la realidad. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

LIEDKE FILHO, E. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, 7 (14), p. 376-436, 2005.

MEUCCI, S. **Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos.** São Paulo, SP: Hucitec: Fapesp, 2011.

_____. Sociologia na Educação Básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, 51 (3), 251-260, 2015.

MORAES, A. C. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos CEDES**, 31 (85), 359-382, 2011.

_____. Licenciatura em ciências sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, 15 (1), 5-20, 2003.

_____. Parecer sobre o ensino de filosofia e de sociologia. **Mediações**, 12 (1), p. 239-248, 2007.

MORAES, L. B. Hierarquia, legitimidade e autoridade no processo de institucionalização da sociologia como disciplina escolar (1997-2008). **Em debate**, (14), p. 24-43, 2015.

OLIVEIRA, A. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil. **Política & Sociedade**, 14 (31), p. 39-62, 2015.

_____. O ensino de sociologia na educação básica brasileira: uma análise da produção do GT ensino de sociologia na SBS. **Teoria e Cultura**, 11 (1), p. 55-70, 2016.

_____. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education**, 35 (2), p. 179-189, 2013.

_____ e CIGALES, M. A pesquisa como princípio pedagógico no ensino de Sociologia: uma análise a partir dos livros selecionados no PNLD 2015, **Ciências Sociais Unisinos**, 51 (3), p. 279-289, 2015.

_____ e ENGERROFF, A. M. Cidadania e ensino de sociologia nos manuais do professor dos livros didáticos aprovados no PNLD 2015. **Estudos de Sociologia**, 2 (22), p. 235-271, 2016.

_____ e OLIVEIRA, E. A. F. Os processos de institucionalização da sociologia na Escola secundária (1890-1971). In: SILVA, I. F.; GONÇALVES, D. N. (Ed.) **A Sociologia na Educação Básica**. São Paulo, SP: Annablume, 2017, p. 17-34.

RAMOS, A. G. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo**. Rio de Janeiro, RJ: Est. De Artes Gráficas C. Mendes Jr., 1954.

ROWER, J. E. Estado da arte. Dez anos de Grupos de Trabalho (GTs) sobre ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia (2005-2015). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, 16(3), p. 126-147, 2016.

SANTOS, M. B. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: L. M. G. Carvalho (Ed.). **Sociologia e ensino em debate**: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2004, p. 131-180.

_____. **O PIBID na área de ciências sociais**: da formação do sociólogo à formação do professor de sociologia (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SARANDY, F. M. S. **A sociologia volta à escola**: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, I. F. **A sociologia no ensino médio**: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina, **Cronos**, 8, (2), p. 403-427, 2007.

_____. (2010). O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: A. C. Moraes (Ed.), **Coleção Explorando o Ensino de Sociologia**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010, p. 23-31.

_____. ALVES NETO, H. F., VICENTE, D. V. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, 51 (3), p. 330-342, 2015.

TAKAGI, C. T. T. **Ensinar sociologia**: análise dos recursos didáticos (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

WEBER, S. **O Professorado e o papel da educação na sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

THE TEACHING OF SOCIOLOGY IN BRAZIL: A BALANCE OF PROGRESS MADE BETWEEN 2008 AND 2017

Abstract: Sociology is marked by a trajectory of presences and absences in the school curriculum in Brazil, which is directly related to the educational projects implemented. In 2008, sociology became a compulsory subject in all high school grades, which lasted until 2017, when there was a loss of this compulsory high school reform. Through a bibliographical analysis we describe the advances that occurred in the scope of teaching sociology between 2008 and 2017, period of his obligatoriness, from three aspects: a) the intellectual debate; b) teacher training; c) the production of textbooks. The indicators point to the strengthening of the sociology of the level of education, although a reform of the secondary education is an obstacle to their life consolidation.

Keywords: teaching sociology; teacher training; textbook; educational politics.

**LA ENSEÑANZA DE LA SOCIOLOGÍA EN BRASIL:
UN EQUILIBRIO DE PROGRESO HECHO ENTRE 2008 Y 2017**

Resumen: La sociología está marcada por una trayectoria de presencias y ausencias en el currículo escolar en Brasil, que está directamente relacionada con los proyectos educativos implementados. En 2008, la sociología se convirtió en una asignatura obligatoria en todos los grados de la escuela secundaria, que duró hasta 2017, cuando se perdió esta reforma obligatoria de la escuela secundaria. A través de un análisis bibliográfico describimos los avances ocurridos en el ámbito de la enseñanza de la sociología entre 2008 y 2017, periodo de su obligatoriedad, desde tres aspectos: a) el debate intelectual; b) formación del profesorado; c) la producción de libros de texto. Los indicadores apuntan al fortalecimiento de la sociología del nivel educativo, aunque una reforma de la educación secundaria es un obstáculo para la consolidación de su vida.

Palabras clave: enseñanza de sociología; formación del profesorado; libro de texto; política educativa

Submetido em: maio de 2019.

Aprovado em: agosto de 2019.

Publicado em: agosto de 2019.